



INSTRUMENTOS NORTEADORES DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

DANIELA DO NASCIMENTO TEIXEIRA dn758820@gmail.com

RENATA DO PRADO DEZZEN COURTE rhenataprado@gmail.com

RESUMO

Construído com base no tema “A Avaliação da aprendizagem na educação infantil” esse artigo justifica-se diante da necessidade de discutir aspectos sobre a avaliação em tal fase escolar, que presencio de forma prática em nosso cotidiano profissional. Nesse sentido, a pesquisa norteou-se através do objetivo de analisar o processo de avaliação do ensino-aprendizagem na Educação Infantil com ênfase na avaliação formativa, que foi atingido através da aplicação de um raciocínio dedutivo, uma vez que parte-se de considerações gerais sobre a avaliação do processo ensino-aprendizagem para se compreender as características do fenômeno na Educação Infantil. O objetivo geral foi investigar como são utilizados e aplicados instrumentos norteadores na avaliação da aprendizagem na educação infantil em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) de Anápolis – GO. Em caráter específico ressaltará o aspecto de infância e desenvolvimento da criança; apontará a importância da educação infantil e processo de avaliação da aprendizagem nessa fase educacional; e por fim, realizar pesquisa junto a professores da educação infantil de um CMEI localizado na cidade de Anápolis – GO, quanto a forma de avaliação da aprendizagem na educação infantil que utilizam. A metodologia utilizada foi de caráter exploratório junto aos educadores do CMEI, a qual visa evidenciar os instrumentos e técnicas avaliativas junto aos educandos. Por meio deste estudo foi possível concluir que os instrumentos normativos ainda tem sido o critério de escolha de avaliação da aprendizagem junto à educação infantil, porém educadores já tem-se atentado para a necessidade de um olhar mais amplo e individual para com o educando, que são refletidos nos relatórios.

Palavras-Chave: Avaliação da Aprendizagem. Educação Infantil. Instrumentos Norteadores.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil compõe a fase inicial do sistema educacional brasileiro. Esse visa atender crianças de até 06 (seis) anos, sendo mais um processo de socialização, interação e desenvolvimento do que de aprendizado, até porque é nessa fase que está ocorrendo o desenvolvimento e formação cognitiva das crianças.



Há um tempo atrás não era dado a real importância quanto a Educação Infantil. Este era visto somente como um local onde as crianças deveriam ficar para que os pais pudessem trabalhar. Porém, diante de tantos apontamentos de teóricos como Piaget e Vigotsky foi-se evidenciado a importância dessa fase educacional para formação e desenvolvimento global das crianças. Pode-se colocar que o período de zero a três anos é o mais relevante, por determinar ocorrências que marcam a aprendizagem infantil. Essa é a faixa etária onde se observa o maior nível de negligência dos serviços públicos, pois apesar da pressão social por demanda, educação e cuidado, a Educação Infantil ainda é uma fase que não é determinada como obrigatória no texto da nova Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1998, p. 21).

Dessa forma nota-se que é preciso compreender que as instituições de Educação Infantil oferecem um serviço que assegura direitos a criança (receber os cuidados devidos, brincar, socializar-se e se desenvolver de forma integral), e mesmo que a presença da criança em tal instituição não seja obrigatória, a oferta da Educação Infantil constitui um dever do Estado que deve responder quantitativa e qualitativamente à demanda das famílias (BRASIL, 1998). A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e tem-se tornado parte fundamental do processo educacional e do sistema de ensino. Entendido como base educacional para o desenvolvimento integral dos indivíduos, passou a exigir de todos os envolvidos no processo educacional (governantes, instituições de educação, educadores, pais e educandos) maior importância quanto à base educacional dos indivíduos.

Teóricos como Vygotsky (1991) reforçam essa importância. É imprescindível promover o interesse das crianças em relação a aprendizagem e com o mundo que a rodeia. O profissional da área da educação deve estar munido de diversas práticas de cunho lúdico, buscando meios que estejam relacionados principalmente à cultura histórica de seus alunos, afim de implementar e qualificar o processo de aprendizagem destes.

A implementação de técnicas lúdicas na educação infantil, além de auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, também pode ajudar na formação crítico-reflexiva, fazendo o aprendiz refletir sobre o mundo e a interação entre o sujeito e objeto, para que assim o objeto seja significativo ao sujeito (MENDES, 2003)

Assim, o foco da Educação Infantil não é o rendimento quantitativo dos educandos, e, sim de desenvolvimento. Pode-se colocar então diante de tais apontamentos que o estudo demonstra-se de total relevância, visto que, visa abordar que dos métodos próprios de avaliação da aprendizagem que a educação infantil requer. Esse processo deve ser realizado sem julgamentos, notas ou rótulos. A avaliação da aprendizagem na educação



infantil é realizado por meios de instrumentos avaliativos, porém, o foco deste estudo, consiste em ressaltar a importância do olhar mais amplo do professor, utilize de tais instrumentos, mas também leve em consideração o educando em sua individualidade. Tais informações que serão descritas neste estudo, colaborará ainda na área acadêmica, profissional e social, que evidenciará informações quanto aos aspectos de eficácia de tais instrumentos junto as crianças, bem como possíveis melhorias se assim for evidenciado.

Dessa forma o objetivo geral do presente artigo se refere em investigar como são utilizados e aplicados instrumentos norteadores na avaliação infantil em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) de Anápolis – GO. Em caráter específico ressaltará o aspecto de infância e desenvolvimento da criança; apontará a importância da educação infantil e processo de avaliação da aprendizagem nessa fase educacional; e por fim, realizar pesquisa junto a professores da educação infantil de um CMEI localizado na cidade de Anápolis –GO, quanto a forma de avaliação da aprendizagem na educação infantil que utilizam.

Pretende-se através deste responder ao seguinte questionamento: Quais os instrumentos normativos de avaliação utilizados por educadores da educação infantil? Esses atendem as expectativas quanto ao rendimento e desenvolvimento das crianças nesta fase educacional? A metodologia do presente estudo é de caráter qualitativo, visto que foi aplicado questionário com perguntas abertas junto a assessora da educação infantil, gestora, coordenação pedagógica e educadores do CMEI, e análise exploratória, a qual visa evidenciar os instrumentos e técnicas avaliativas junto aos educandos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito de infância traz novidades, uma vez que não se pode separar este da ideia de grupo social e de portador de condições psicológicas específicas. Compreensão do conceito de infância, com base em uma análise histórica, pode revelar muitas coisas sobre a sua situação nos dias atuais. A descoberta da infância data dos séculos XV, XVI e XVII, quando houve o reconhecimento de que as crianças precisavam de tratamento especial, antes que pudessem integrar o mundo dos adultos (CALDEIRA, 2008). Dessa forma, a criança deve ser vista sob uma ótica diferenciada do adulto. A infância tem sido historicamente, uma categoria instável que deve ser regulada e controlada constantemente.



2.1 O Sujeito criança

A criança que está em processo de formação, a mesma possui o direito de desfrutar todas as condições que lhe são permitidas de modo integral, no sentido de desenvolver suas próprias capacidades nos seguintes níveis: físico, psíquico, espiritual, moral e social, de maneira que possa garantir sua dignidade, enquanto pessoa humana lembrando que, a criança deve usufruir de todas essas condições básicas com o apoio da sociedade e do Estado, de forma que sejam assegurados também o progresso social, e sua qualidade de vida.

E de acordo com a convenção dos Direitos da Criança, é todo ser humano que ainda não completou dezoito anos de idade e que está sobre a defesa da lei até atingir a maioridade em consideração ainda que, a criança é um ser inocente que precisa de cuidados, pois, sendo vista como pessoa ingênua ou graciosa, imperfeita ou incompleta ela necessita de uma moralização ou de uma educação pedagógica construída através do adulto. Porém, a criança necessita de um sentimento de infância real para se sentir-se cuidada, escolarizada e preparada para exercer futuras funções que a leve a uma modificação social, cultural, profissional e intelectual. Sendo que, este conceito de criança foi criado exclusivamente para determinar algumas condições básicas que se passam pela sociedade, no intuito de inserir a criança no seu papel social na sua respectiva comunidade.

Como aborda Kramer (2006, p.13), o sujeito criança inicia o seu entendimento desde a infância, pois, a partir dessa fase infantil (de zero a seis anos) já começa a fazer parte do processo histórico, individual e coletivo. Isto é, desde o seu nascimento a criança é convidada a estar ingressada na sociedade. É bom lembrar que existem crianças que brincam sozinhas e isso é um fator individualista que é necessário ser corrigido, a escola por exemplo é, um espaço onde há diversas possibilidades de estar se valorizando as brincadeiras e assim melhorando o convívio dessas crianças e assim tirando-as do seu individualismo e colocando-as no meio.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, o ensino/aprendizagem deve nascer por meio de um eixo articulador – o qual reforça a educação infantil como uma referência especializada e fundamentada na concepção escolarizada, como foi citado acima em que faz do processo burocrático uma transformação positiva para que o adulto possa avaliar as crianças a partir de sua vivência e experiência. Visto que, este documento na concepção de vários estudiosos tem a visão de transmitir somente o aspecto pedagógico profissional, esquecendo de que existem outros horizontes a serem conquistados e analisados a partir da avaliação.



2.2 O Papel da família e da escola na formação das crianças

A família e a escola são instituições que irão influenciar de maneira decisiva a formação do autoconceito das crianças. A família propicia às crianças as suas experiências iniciais, e por isto mesmo, as mais importantes e mais marcantes. Os pais, mães, irmãos, parentes, e, mais tarde, a vizinhança e escola propiciarão as primeiras estimulações sociais que também influenciarão o desenvolvimento do autoconceito da criança. A escola exerce um papel significativo nesse processo, uma vez que o sucesso ou o fracasso escolar, as exigências escolares razoáveis ou não, o relacionamento grupal satisfatório ou não, podem determinar, respectivamente, uma autopercepção de adequação ou inadequação, de competência ou inferioridade. As famílias devem entender que apesar das instituições de Educação Infantil não terem o rigor da frequência que marca as escolas, a regularidade das crianças é importante para sua manutenção no processo e o desenvolvimento do hábito de cumprir a rotina, que será fundamental tanto na vida escolar como na profissional futura.

2.3 A Educação Infantil

O atendimento definido como Educação Infantil (EI) sendo público ou privado, é um direito da criança em caráter opcional. Os termos “creche” e “pré-escola” foram redefinidos, independentemente de regime de horário, classe social ou setor envolvidos, na tentativa de descaracterizar seu uso corrente, comumente atrelados na sociedade brasileira ao tipo de serviços prestados. Aponta-se ainda que é preciso compreender que as instituições de Educação Infantil oferecem um serviço que assegura direitos a criança (receber os cuidados devidos, brincar, socializar-se e se desenvolver de forma integral), e mesmo que a presença da criança em tal instituição não seja obrigatória, a oferta da Educação Infantil constitui um dever do Estado que deve responder quantitativa e qualitativamente à demanda das famílias (BRASIL, 1998).

A principal razão da opção brasileira em passar a creche para o setor da Educação é a convicção de que tudo o que diz respeito à criança pequena é formador da pessoa, organizador de seus esquemas afetivos, sociais e cognitivos e, portanto, estruturador de sua personalidade. Vale ressaltar, no entanto, que em muitos casos, as atividades de cuidado possuem um importante sentido educativo.

Soares (2015), porém ressaltou que um ponto grande de discussão seria o oferecimento de mais vagas. Mas, principalmente nas instituições públicas, não adianta somente aumentar o número de vagas sem levar em conta as condições e particularidades de



uma educação de qualidade. É preciso oferecer estrutura. O que se observa muitas vezes são prédios, equipamentos e materiais pedagógicos precários, além de não formação adequada por parte dos profissionais em termos de conhecer a integralidade das crianças, o que dificulta a execução de propostas pedagógicas condizentes e que favorecem o crescimento, aprendizagem e desenvolvimento integral dessas crianças. Assim é necessário mesmo a ampliação de vagas, porém, é necessário primeiramente prevalecer a qualidade da oferta já existente. Para isso, é fundamental que o poder público tenha tais apontamentos como prioridade, que construa escolas públicas para a educação infantil com estrutura e adequado atendimento a criança e não somente estabelece a obrigatoriedade da emenda constitucional 59 que torna obrigatório o oferecimento de vagas para crianças de até 5 anos de idade.

Conforme descrito no estudo de Oliveira (2010) o parecer CNE/CEB nº 20/09 e a Resolução CNE/CEB nº 05/09, que definem as DCNEIs, fazem clara explicitação da identidade da Educação Infantil, sendo fundamental espaços de Educação Infantil, principalmente disponibilizando vagas e que estes estejam localizados próximo a sua residência. Exemplo dessas instituições são os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs). O CMEI é construído de acordo com a legislação que faz cumprir a ordem de construção que atende todas as necessidades que as crianças precisam para o seu desenvolvimento físico e cognitivo. Assim tem uma mini brinquedoteca, sendo esse requisito obrigatórios em centros municipais de Educação Infantil.

O atendimento definido como Educação Infantil (EI) sendo público ou privado, é um direito da criança em caráter opcional. Os termos “creche” e “pré-escola” foram redefinidos, independentemente de regime de horário, classe social ou setor envolvidos, na tentativa de descaracterizar seu uso corrente, comumente atrelados na sociedade brasileira ao tipo de serviços prestados (OLIVEIRA, 2010).

A Educação Infantil é o alicerce de uma educação que se dá ao longo da vida do indivíduo. Assim, os fundamentos da educação encontram-se nos trabalhos desenvolvidos com as crianças de zero a seis anos e não no Ensino Fundamental. Com isso, é fundamental que o educador detenha de conhecimentos do desenvolvimento cognitivo da criança pré-escolar. Já na Educação Infantil as crianças devem ter uma apreensão, mesmo que rudimentar do processo de aprender. Por volta dos cinco anos de idade, com obtenção de um bom grau de amadurecimento dos circuitos neuronais e aperfeiçoamento das conexões e atividades de regiões do córtex, a criança estará apta a receber instrução pré-escolar (BARTOSZECK; BARTOSZECK, 2012).



O fato de a creche passar a ser o período inicial do processo educativo atribui valor e importância a uma formação já nos primeiros momentos da vida, realçando um pré-requisito para proporcionar a sociedade, indivíduos mais conscientes de seu papel, críticos, construtivos e éticos. Nesse âmbito é relevante que os profissionais desenvolvam um trabalho essencialmente pedagógico, uma vez que o cuidado por si só não educa. Podendo reiterar então que o ingresso na Pré-Escola nada mais é do que um marco, pois representa a ampliação do círculo familiar e a inserção em uma instituição social dotada de mais complexidade. Os primeiros momentos na vida escolar são de grande relevância para que toda a caminhada educativa ocorra com êxito. O professor é o principal agente nessa tarefa que exige compromisso e responsabilidade.

Aponta-se ainda que a adaptação e o desenvolvimento social e afetivo da criança deve ser uma grande preocupação. O ambiente de sala de aula precisa ser alegre, ‘personalizado’, isto é, com decoração propícia para as crianças ou feitas pelas próprias crianças numa tentativa de favorecer o convívio social e educacional interessante para a aprendizagem. Com isso, tem sido proposto em muitos programas de educação pré-escolar o brincar em metas educacionais específicas. Segundo a teoria de Piaget, a educação pré-escolar é mais eficaz quando enfatiza a descoberta das crianças, fornece experiências que estão um pouco acima de suas habilidades atuais e lhes permite a descoberta de contradições em seu pensamento (KAIL, 2004).

Andrade (2002) destaca que a nova configuração de Educação Infantil pressupõe uma perspectiva de análise abrangente onde a pré-escola não constitua uma etapa que tem início a partir dos quatro anos, pois a partir do seu nascimento, a criança já está inserida no processo de aprendizagem, sendo relevante que seja direcionada em uma rotina específica, para que ela cresça sendo capaz de seguir as etapas que se sucederão em sua vida.

Uma proposta pedagógica para essa fase deve necessariamente envolver o planejamento de cuidados que apresentam ‘o que fazer’ como alimentação, atos de higiene, sono, movimentos e banho de sol, permeado constantemente pelo diálogo em uma interação positiva entre o professor e a criança. Ela deve também prever o brincar, a organização do tempo e do espaço, as atividades que envolvem o acolhimento, a escuta e os movimentos interativos com parceiros variados (BRASIL, 1998).

A interação professor/criança precisa ser algo constante no cotidiano que os envolve, é relevante que os sujeitos que participam do ato educativo sejam devidamente capacitados com base em perspectivas pedagógicas que lhes viabilizem conhecer a criança em suas variadas fases, para que possam agir de acordo com a realidade em que se encontram. É



nesse âmbito que a proposta pedagógica da instituição deve contemplar concomitantemente o cuidar e o educar, vinculados ao lúdico, levando as crianças a ensaiarem ações da vida adulta.

Atualmente a creche não é mais um lugar para abrigar crianças, ela se transformou em uma instituição que visa antes de tudo, educar e simultaneamente cuidar, entendendo as crianças como um bem social, essas instituições procuram antes de tudo, proporcionar um bom começo para as crianças (MENDES, 2003). Houve uma ampliação do papel das creches, que deixaram de ficar limitadas ao cuidar e passaram a agir como agentes educativos sistemáticos. Para tanto, elas incorporaram características institucionais das escolas e buscam constantemente uma interação com as famílias, a fim de conhecer a realidade das crianças e contribuir para a harmonização do contexto em que convivem.

O impulso básico que levou a Educação Infantil ao patamar em que ela se encontra na atualidade ocorreu a partir do momento que a Constituição Federal Brasileira de 1988 estabeleceu o direito a educação a partir do nascimento. Esse marco subsidiou a criação pela Lei 9.394/96 de uma nova concepção de Educação Infantil com ênfase no desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, abrangendo os aspectos físico, psicológico, intelectual e social para complementar as ações da família e da sociedade (DIDONET, 2003).

2.3 A Questão da aprendizagem em relação ao desenvolvimento social e cognitivo das crianças

Visando compreender a questão da aprendizagem em relação ao desenvolvimento social e cognitivo da criança é importante considerar que grande parte do conhecimento é adquirida através das zonas do conhecimento onde os jogos e brincadeiras infantis têm sua principal influência, onde as noções e regras são criadas, a socialização se faz presente, o simbólico é executado, além do físico e mental (VYGOTSKY, 1991).

No âmbito de análise do desenvolvimento cognitivo da criança é importante ressaltar as concepções de dois teóricos. Para Piaget (1987), a origem do desenvolvimento cognitivo ocorre do interior (de dentro) para o exterior (fora), em função da maturidade do indivíduo. Ele considera que o ambiente poderá influenciar no desenvolvimento cognitivo, porém sua ênfase recai no papel do ambiente para o desenvolvimento biológico, ressaltando a maturidade do desenvolvimento, ou seja, a capacidade da criança para realizar certas tarefas, como contar histórias, cantar entre outras. Entende-se que a aprendizagem humana começa muito cedo, de forma que se pode estabelecer como marco, o nascimento, momento a partir



do qual a pessoa está em constante formação em qualquer etapa de sua existência, sofrendo influências do meio e o influenciando constantemente.

A criança é um ser que vai se construindo na sua relação com as coisas e com as outras pessoas. Se não for deste modo, o desenvolvimento humano não é possível. Os fatores externos são fundamentais; o meio familiar, as condições ambientais, a alimentação, os grupos sociais, as condições de higiene e de saúde podem contribuir ou não para a aprendizagem da criança. Tais fatores estão relacionados com a realidade socioeconômica e cultural da criança interferindo em sua aprendizagem, pois nesse processo elementos novos interagem com os adquiridos para constituir a cultura do indivíduo (MIRANDA, 1999).

A interação da criança com o ambiente que o cerca e com as pessoas que a rodeiam, começa a ser construída, a partir do início do seu próprio convívio com outras crianças, e, a partir de então, ela passa a exercer o controle sobre o ambiente circunvizinho. (VIGOTSKY, 1991). As atividades relacionadas com esse tipo de leitura são aquelas que podem ser julgadas como significativas para as crianças. Nas aulas observadas, foi notório o emprego de atividades que eram necessários o contato corporal e jogos pedagógicos que levavam as crianças a refletirem. Nesse contexto, encontravam-se as atividades de educação física, natação e recreação que foram muito bem aceitas pelas crianças, durante as observações realizadas na escola.

2.4 Avaliação da aprendizagem na educação infantil

Partindo do tema “A Avaliação da aprendizagem na educação infantil” esse artigo tem como objetivo analisar o processo de avaliação do ensino-aprendizagem na Educação Infantil com ênfase na avaliação formativa. Assim é importante discutir as teorias que se referem aos rumos que a avaliação da aprendizagem tem tomado na atualidade.

2.4.1 Novo paradigma em avaliação

Estudar as teorias sobre avaliação nesse contexto, pressupõe considerar, os apontamentos de Hoffmann (2001, p. 17) ao afirmar que ultimamente a atenção dos profissionais da educação, assim como de autoridade políticas e da sociedade como um todo tem voltado-se para a reflexão sobre a dimensão política e social da avaliação, vista como um instrumento que representa em alguns casos, práticas não compatíveis com o modelo educacional centrado nos princípios da democracia.



Entretanto a configuração do processo avaliativo de acordo com o novo paradigma é voltada para o diagnóstico das reais potencialidades dos alunos e de suas necessidades, objetivando levar o professor a adequar seu trabalho de acordo com tais características. (BRASIL, 1998).

A característica que de imediato se evidencia na nossa prática educativa é de que a avaliação da aprendizagem ganhou um espaço tão amplo nos processos de ensino que nossa prática educativa escolar passou a ser direcionada por uma pedagogia do exame (LUCKESI, 2005, p. 17).

Nestes termos, cai por terra o caráter punitivo da avaliação, aquele em que ela não passa de uma medida que estabelecia a quantidade de conhecimentos que havia sido colocado dentro da cabeça dos alunos. De acordo com Hoffmann (2001, p. 57) para que a compreensão de avaliação seja realmente sistemática é importante ter em mente durante a leitura desse artigo que não se pode delimitar tempos fixos para a efetivação da aprendizagem, uma vez que ela é um processo permanente, individualmente construído com base na experiência de vida de cada um. Assim não existe sentido em atribuir valor aos pontos que se pretende atingir, uma vez que com a delimitação de novos pontos estes terão um caráter de passagem provisório. Várias são as formas de se avaliar e estas são classificadas de acordo com o paradigma em que se inserem. No paradigma tradicional a avaliação tem sua ênfase na imparcialidade, sendo desta forma uma ação objetiva cuja finalidade é medir a quantidade de conhecimentos absorvidos pelos alunos.

Pais, sistema de ensino, profissionais da educação, professores e alunos, todos têm suas atenções centradas na promoção, ou não, do estudante de uma série de escolaridade para outra. O sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação/reprovação do total dos educando; os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade, os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa dos mais variados expedientes. (LUCKESI, 2005, p. 18).

Hoffmann (2001, p. 18) afirma que o foco do novo paradigma em avaliação ultrapassa o absolutismo de determinadas verdades, assim como a clareza de alguns objetivos, de medidas padronizadas e das estatísticas. Nesse sentido faz um alerta sobre a avaliação baseada em uma ação consciente e reflexiva diante das situações nas quais os sujeitos estão envolvidos, bem como do diálogo entre estes. No paradigma educacional emergente por sua vez, não se pode nem mesmo determinar formas e modelos de se avaliar, uma vez que tal processo deve ser um acontecimento constante e contínuo na sala de aula, onde tudo que o



aluno produzir, seja intelectual ou socialmente deve ser valorizado. Desta forma os alunos estão sendo avaliados ao copiar a matéria, ao fazer a leitura, ao dar suas opiniões, no zelo com seu material didático, no respeito para com o próximo entre outras formas.

A avaliação deve se dar de forma sistemática e contínua ao longo de todo o processo de aprendizagem. É aconselhável que se faça um levantamento inicial para obter as informações necessárias sobre o conhecimento prévio que as crianças possuem sobre a escrita, a leitura e a linguagem oral, sobre suas diferenças individuais, sobre suas possibilidades de aprendizagem e para que, com isso, se possa planejar a prática, selecionar conteúdos e materiais, propor atividades e definir objetivos com uma melhor adequação didática (BRASIL, 1998, p. 157).

Segundo Hoffmann (2001, p. 19), é importante observar a dimensão das mudanças que tem ocorrido em relação ao processo avaliativo, e para tanto, é válido considerar que em todas as partes do globo essas mudanças se fazem sentir através de adequações e de um constante ato de repensar a prática.

De acordo com Hoffmann (2001, p. 19,) compreender os rumos que a avaliação passou a trilhar nos últimos anos não é uma ação fácil, e para tanto é preciso que haja uma reflexão coletiva de todos os envolvidos no processo avaliativo, uma vez que a principal existência é a retomada das concepções centradas no conceito de democracia e cidadania e do direito à educação. Ou seja, deve haver um esforço coletivo no sentido de apontar os rumos da avaliação educacional com base ética e construtiva que contribua para melhorias sociais.

Assim, o novo paradigma avaliativo está centrado basicamente na análise da eficácia do processo e não em mensurar de forma quantitativa o aprendizado dos educandos, o processo ensino-aprendizagem de acordo com Hoffmann (2001) é um processo de construção e reconstrução do conhecimento em uma ação na qual o aluno é o ator principal. Não quer dizer assim, que o professor perde sua importância, mas que ele deixa de ser o dono do saber reconhecendo que os alunos têm uma cultura de vida que pode contribuir com o processo.

2.4.3 O processo de avaliação da aprendizagem na Educação Infantil

De acordo com Figueiredo (2007), para que a criança possa alcançar o desenvolvimento integral e a construção da autonomia, a perspectiva pedagógica deve proporcionar-lhe situações nas quais haja a vivência experiências variadas, podendo fazer escolhas, tomar decisões, socializar conquistas e descobertas. O educador na perspectiva de Figueiredo (2007), tem o dever de pesquisar e conhecer o desenvolvimento infantil com o objetivo de poder selecionar atividades nas quais a criança experimente situações diversas que lhe proporcione: a) segurança e sensação de acolhimento no ambiente escolar que deve



ampliar suas relações sociais e afetivas; b) capacitar gradativamente sua habilidade de desenvolver atividades prevalecendo a autonomia e cooperação com os outros; c) interagir com o meio no qual está inserida com base na independência e na curiosidade; d) valer-se de vários tipos de linguagem que a humanidade tenha desenvolvido. A avaliação é um importante instrumento para que o professor possa obter dados sobre o processo de aprendizagem de cada criança, reorientar sua prática e elaborar seu planejamento, propondo situações capazes de gerar novos avanços na aprendizagem das crianças (BRASIL, 1998, p. 157).

Hoffmann (2000, p. 21) ensina que compreender a essência e a significação da avaliação no âmbito pedagógico pressupõe compreender algumas concepções sobre a educação infantil, especialmente com base nas teorias de desenvolvimento, assim como das abordagens dos processos educativos originadas. Observa-se a busca pela contestação de práticas não contextualizadas da realidade na qual as crianças estão inseridas.

O objetivo básico da avaliação na educação infantil de acordo com Santarém e Cruz (2007) é a obtenção de informações e subsídios que favoreçam o desenvolvimento infantil com base na ampliação dos conhecimentos. Dentro desta perspectiva a avaliação não se limita a uma capacidade de medida, de comparação ou mesmo de julgamento. Ela exerce uma relevância social e política importante na educação.

Para Hoffmann (2000, p. 11) o nascimento da avaliação na educação infantil está vinculado a fatores de cunho sociais, culturais que levam à necessidade de expansão das políticas direcionadas ao atendimento educacional das crianças de 0 a 6 anos. Está intimamente vinculada a investigação dos reflexos por que passa o modelo de controle existente no ensino regular.

No que se refere a Educação Infantil, Figueiredo (2007) relata que essa postura representa a adoção de posturas que não baseiem-se e não admitam registros quantitativos. Parte-se do princípio de que cada instante da vida do indivíduo é uma etapa de grande significado e portadoras de características particulares. O professor em tal perspectiva é visto como um mediador, não enfatizando o desejo reprodutivo por parte dos anos ao se realizar a avaliação, pois o conhecimento é fruto da interação do aluno com o meio que o rodeia e não de informações escritas que devem ser memorizadas fielmente. Assim, entre conhecimento e desenvolvimento está a mediação que é efetivada não só pelo professor mas por todos os componentes do meio ao qual o aluno está inserido.

Santarém e Cruz (2007), relatam que na Educação Infantil a avaliação deve ser vista como processo objetivando basicamente dar auxílio ao processo de aprendizagem com o



fortalecimento da auto-estima dos indivíduos, permitindo que elas acompanhem o que conquistaram, observem suas dificuldades e tenham a visão clara de suas possibilidades em relação ao processo ensino-aprendizagem.

O que ocorre na prática da avaliação educacional escolar é que dificilmente os professores definem com clareza, no ato do planejamento de ensino, qual é o padrão de qualidade que se espera da conduta do aluno, após ser submetido a uma determinada aprendizagem (LUCKESI, 2005, p. 72).

Apesar de historicamente a educação infantil ter caráter assistencialista, as famílias de classe média requisitam das instituições de ensino, propostas realmente pedagógicas e formalidades no processo de avaliação. Desta forma, a avaliação pode ser concebida como um elemento controlador do trabalho efetuado pela escola e mais especificamente pelo professor que se defrontam com o dever de comprovar o trabalho realizado. Tanto na Educação Infantil como de forma geral, a avaliação realizada com os alunos possibilita ao sistema de ensino verificar como está atingindo os seus objetivos, portanto, nesta avaliação ele tem uma possibilidade de auto-compreensão. O professor, na medida em que está atento ao andamento dos seus alunos, poderá, através da avaliação da aprendizagem, verificar o quanto o seu trabalho está sendo eficiente e que desvios está tendo (LUCKESI, 2005, p. 83).

Usualmente, conforme expõe Hoffmann (2000, p. 13), é possível observar na educação infantil o preenchimento dos instrumentos de avaliação no final de um período de longa duração, com base em listagens caracterizadas pela uniformidade aplicadas a crianças que diferenciam-se por vários fatores dentre os quais destaca-se a idade. Esse tipo de avaliação reduzida ao registro mostra-se absolutamente fora do contexto em que está inserida a rotina das crianças e do projeto de trabalho docente, na maioria das vezes, não considerando as possibilidades de se compreender os aspectos avaliados. A observação deve ser planejada para que o professor possa perceber manifestações importantes das crianças. Por meio dela, pode-se conhecer mais acerca do que as crianças sabem fazer, do que pensam a respeito dos fenômenos que observam, do que ainda lhes é difícil entender, assim como conhecer mais sobre os interesses que possuem.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada inicialmente com pesquisa bibliográfica analisando os autores que estudaram a temática pesquisada, destacando-se Hoffmann (2000),



Luckesi (2005), Andrade (2002), Kramer (2006), Figueiredo (2007), e de abordagem qualitativa, pois requer a interpretação e atribuição de significados no processo de pesquisa, requerendo o uso de métodos e técnicas, visto que, uma pesquisa busca, além de descobrir fatos ou situações que precisam ser modificados, investigar alternativas capazes de serem substituídas. O estudo foi realizado em um CMEI localizado na cidade de Anápolis – GO localizado na região leste em um bairro nobre e atende crianças que moram próximos à unidade escolar e também crianças carentes da cidade, conta com 18 professores, atendente maternal até o jardim II tem uma ótima infraestrutura.

Assim, esta pesquisa tem caráter exploratório-bibliográfico, por recorrer a acervos como livros, artigos, além de entrevista, e observação em um CEMEI, pois observará as variáveis não controláveis de um fato já ocorrido, analisando-se os possíveis resultados. Se trata também de uma pesquisa qualitativa, pois requer a interpretação e atribuição de significados no processo de pesquisa, requerendo o uso de métodos e técnicas estatísticas. Esse método de pesquisa foi utilizado com intuito de que os resultados apresentados possam colaborar no repensar as práticas de avaliação da aprendizagem infantil, desde a sua concepção crítica, quanto aos seus componentes sociais, culturais ou de interação inerentes ao processo de ensino e de aprendizagem dos pequenos.

Conforme ressalta de Hoffmann (2000, p. 48) de que na “educação infantil a avaliação precisa resgatar de forma urgente a essencialidade do sentido de acompanhamento do desenvolvimento das crianças, com base na reflexão permanente sobre a interação em seu cotidiano e especialmente na ação pedagógica”. A fim de alcançar os objetivos da pesquisa realizada recorreu-se à aplicação de questionário no mês de outubro/novembro com a diretora, a coordenadora pedagógica e 07 (sete) educadores da educação infantil, no qual coletaram-se informações por meio de questões abertas (Apêndice) e também foi feita uma visita a Assessora da Secretaria Municipal de Educação, onde uma de suas responsabilidades é orientar e acompanhar as Unidades na execução da Matriz Curricular, calendário escolar e demais documentos necessários e de interesse da Unidade Escolar, também orientando os coordenadores e professores na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação dos planos de aula e orientar quanto aos relatórios individuais, contemplando todos os aspectos das crianças, de modo individualizado e cotidianamente e assessorar a implantação das



normatizações curriculares visando sempre e a melhoria da qualidade da aprendizagem da criança. As questões foram as seguintes:

- Quais os instrumentos utilizados na avaliação da educação infantil?
- Quais as percepções do educando sobre os instrumentos de avaliação?
- Enquanto educadora qual a sua percepção sobre os instrumentos avaliativos?
- Qual papel da família nesse contexto?
- Esses métodos de avaliação são eficazes?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciados já referente ao questionário (Apêndice 1) composto por 05 (cinco) questões norteadoras. Essa primeira parte refere aos apontamentos da assessora municipal da Secretaria Municipal de Educação. O questionamento foi referente ao questionário acima:

AP: Avaliação na Educação é realizada mediante acompanhamento e registro individual de cada criança semanalmente contemplando os aspectos cognitivos, físicos, sociais e emocionais, sendo que no final do primeiro e segundo semestre, esses registros serão redigidos em relatórios e entregues aos plantões pedagógico previsto em calendário

AP: O instrumento de avaliação precisa ser trabalhado de forma gradativa sem julgamentos, notas ou rótulos e fornecer elementos que garantam uma aprendizagem lúdica e significativa, onde sejam garantidos o direito das crianças brincarem e interagirem uns com os outros.

AP: Considero – os de extrema importância, pois permite ao professor a elaboração de um planejamento, onde contemple atividades, jogos, brincadeiras, voltados aos aspectos e elementos da atuação docente que precisam de interseções e que se transformam em novos objetos de estudo e garantindo os direitos das crianças.

AP: A família é considerada um espaço indispensável para garantir à criança uma boa aprendizagem eficaz, pois é base do indivíduo. Ela participa dos plantões pedagógicos onde a professora lê o relatório e entrega uma cópia.

AP: Sim. Ainda temos muito a avançar principalmente na conscientização das famílias sobre esse importante instrumento avaliativo.

Observa-se que os apontamentos da assessora da Secretaria Municipal de Educação são correspondentes ao Art. 14 da Resolução CME nº 015, de 06/06/2007 – de que “a avaliação na Educação Infantil deve ser realizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança tomando como referência os objetivos estabelecidos para essa



etapa da educação, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino Fundamental”.

O próximo apontamento é o da gestora do CEMEI, que respondeu ao mesmo questionário. Como segue:

G: Existem três documentos que são primordiais que possa ser feito uma avaliação com qualidade primeiro observar o aluno o que ele tem aprendido o que ele precisa as dificuldades eu ele tem apresentados, o segundo o registro por que as muitas crianças diário e semanal é muito importante registrar tudo que observou da criança. Existe um caderno de registro onde as professoras vão observando os alunos atitudes e avanços tudo que for significativo. Outro é o registro avaliativo poderia ser o registro feito pelo próprio aluno através de um portfólio das atividades que ele fez durante o ano, através deste a professora vai observar como a criança chegou e esta saindo porque vai ter percebido o avanço da criança isso é muito importante também.

G: Estes instrumentos como citados acima são muito importante para o desenvolvimento da criança. É importante porque através registrar você vai perceber o que a criança avançou e o próprio registro feito pelo professor bimestralmente e a devolutiva para os pais são feitas semestralmente onde o professor faz um relatório individualmente do aluno colocando tudo que observou durante aquele período.

G: Bom as professoras fazem um caderno individual das crianças onde colocam tudo que acham importante os pontos positivos e negativos, tudo que a criança aprendeu em sala de aula.

G: A família através do plantão pedagógico onde a professora mostra seu registro semanal e diário e do portfólio da criança o pai vê se a criança precisa de ajuda ou se não esta conseguindo avançar sozinha.

G: Sim muito importante onde nós estamos neste processo, pois vamos fazer o plantão pedagógico onde as professoras vão apresentar para os pais os registros das crianças nele contem todo desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Pode-se observar segundo a gestora da escola que o registro dos professores é analisado bimestralmente por meio de fichas de desempenho individual dos próprios alunos fornecidos pelos professores, e, esse procedimento está de acordo com a regulamentação descrita pela Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, no artigo 31, “A avaliação na Educação Infantil faz-se mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo da promoção para o Ensino Fundamental”.



O próximo apontamento é com a coordenadora pedagógica do CEMEI, que também respondeu ao mesmo questionário. Apontou o seguinte:

CP: Os instrumentos de avaliação são tanto escritos como orais. Tudo deve ser observado dentro da sala de aula. Tanto nas atividades individuais como em grupo. Contextualizado ou não. Os registros do desenvolvimento da criança deve ser feito em ficha com finalidade de obter as informações que irão no relatório de cada criança de sua participação nas atividades e seu crescimento a cada bimestre.

CP: A criança vai construindo seu conhecimento e exercitando o social, afetivo, cognitivo e o intelectual de forma integral, mas sem perceber que está sendo avaliada em tudo o que faz.

CP: Esses instrumentos avaliativos são de suma importância para que os educadores tenham a mensuração do conhecimento do aluno e de sua capacidade de desenvolvimento.

CP: Mesmo sendo de extrema importância a família tem participado pouco. A família é suporte indispensável para educação e crescimento escolar e como indivíduo. Pois os valores são agregadas no seio familiar são repassados pelos educandos em seu dia a dia escolar.

CP: São métodos eficazes, pois a avaliação é feita de forma oral e escrita. Levando em consideração todo o aproveitamento da criança em todos os sentidos.

E por ultimo os apontamentos das educadoras, onde foi realizado os mesmos questionamentos. Quanto aos instrumentos utilizados na avaliação da educação infantil, esta apontou o seguinte:

P1: Observação diárias e o diagnostico individual realizado com cada aluno (a)

P2: Trabalhamos atividades lúdicas, praticas orientadas, relatório do desenvolvimento individual observando atentamente cada criança, avaliação descritiva aplicada pelas assessora da secretaria municipal de educação.

P3: Atividades e praticas lúdicas diferenciadas. Relatório do desenvolvimento individual com observação atenta cada criança. Avaliação descritiva objetiva realizada pelas secretaria municipal de educação.

P4: Observação diárias, registros e o diagnostico individualizados.

P5: Bom, os instrumentos utilizados na avaliação da educação infantil são as anotações que são feitas no dia a dia do comportamento da criança, do desenvolvimento pedagógico, da sua maneira de se comportar diante de determinada situações como, por exemplo participar de um jogo de brincadeiras dirigidas e de interagir com outras crianças, de se desenvolver bem as atividades propostas, atividades escrita esses instrumentos são utilizados no dia a dia na rotina vai se encarregar de mostrar desenvolvimento da criança para que podemos anotar dia a dia individualmente e no final do semestre mostrar o relatório da criança com seu desenvolvimento.

P6: Para que os alunos sejam avaliados no contexto da Educação Infantil, devem criar procedimentos para acompanhamento pedagógico e avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção. São várias as formas de registros a serem aplicados com a turma. (registros diários, portfólios, atividades de recreação, circuitos dentre outros).

P7: Nossa avaliação é feita por meio de relatórios trimestrais. Onde consta o desenvolvimento da criança

Por meio dos apontamentos das educadoras pode-se observar a utilização de instrumentos norteadores onde realiza-se observações diárias, diagnósticos individuais e realizam assim relatório de desenvolvimento da crianças, conforme exigido pela Secretaria Municipal de Educação. Pode-se então, citar Luckesi (2005) quando diz que: “[...] a avaliação subsidia decisões a respeito da aprendizagem dos educandos, tendo em vista garantir a qualidade do resultado que estamos construindo ”.

O segundo questionamento foi como os professores acham a percepção do aluno sobre este instrumento avaliativo, a qual relataram o seguinte:

P1: Sim, através deles conseguimos perceber avanços significativos da aprendizagem da criança e do seu processo de localização.

P2: São bem inocentes e em sua maioria não se dão conta que são avaliativos constantemente.

P3: A criança da educação não sente de forma direta a seriedade e importância da avaliação por ter o peso seletivo e como critério p/ seguir no agrupamento seguinte.

P4: Sim, com ele podemos observar o processo de desenvolvimento da criança, sua aprendizagem e socialização.

P5: O educando participa desde processo respondendo e correspondendo as nossas expectativas realizando as atividades, participando das aulas, das histórias que são contadas ou mesmo das brincadeiras dirigidas e enquanto ele participa deste processo facilitando essa avaliação nossa. Através desta avaliação que veremos a necessidade de uma intervenção para que a criança possa superar as dificuldades ao longo do ano.

P6: A avaliação pode ser entendida como parte do processo educativo, o aluno entende as práticas como parte integrante da aula, na concepção educativa a criança interage com os instrumentos de forma tranquila, se mostrando e se colocando como parte do todo.

P7: É um instrumento necessário na educação infantil, é por meio desta que documentamos o desenvolvimento dos alunos.

Observa-se analisando os apontamentos das educadoras que não é possível apresentar com clareza a percepção do educando para com este instrumento avaliativo, até devido ao seu processo de desenvolvimento e discernimento. Ainda na visão de Hoffmann



(2001), a educação infantil as crianças compartilham um conjunto de situações regulares que envolvem ações estruturantes para seu bem estar e sua progressão, propor um espaço de brincadeira e aprendizado para observar seu desenvolvimento e avaliar cada uma delas em um seguimento escolar em diversos aspectos.

Quanto a questão três, elas relataram os seguintes apontamentos:

P1: Por ainda ser criança de 5 a 6 anos, eles não tem consciência de estar sendo avaliados, ainda avaliações realizadas não tem caráter seletivos.

P2: Devem ser aprimorados constantemente e observo uma melhora significativa se compararmos as praticas avaliativas atuais com as anteriores. Os aspectos emocionais, psicológicos, situação familiar devem sempre ser considerados..

P3: Todos ainda falham pois muitos aspectos influenciam nesse instrumento. O emocional, psicológico, situação familiar podem construir ou não quando estes estão sendo utilizado.

P4: Por serem criança não conseguem atentar que estão sendo avaliados e esse processo não tem caráter classificatório.

P5: Os instrumentos avaliativos são a investigação, a observação direta diante das atividades pedagógicas como atividades lateralidade, psicomotricidade e oralidade. Essas avaliações são feitas tanto dentro da sala quanto fora da sala também porque tudo isso vem contribuir para o desenvolvimento da criança.

P6: Quando o objetivo de avaliar não é seletivo e excludente, podemos entender que a necessidade de um feedback faz toda diferença para uma nova prática com propósitos de intervir positivamente na aprendizagem de cada aluno. A avaliação deixa de ser um instrumento de classificação e punição e adquire uma perspectiva de inclusão, diálogo, mediação, participação, construção da autonomia.

P7: Minha percepção é que eles são bastante úteis pois assim podemos mudar o nosso método de ensino se o aluno não conseguir desenvolver

De acordo com análise dos apontamentos das educadoras pode-se observar pelo olhar como professoras a necessidade de que estes instrumentos sejam aprimorados. Segundo Luckesi (2005) ao elaborar relatório gerais e individuais dos alunos no sentido pedagógico os professores evoluem em termos de reflexão sobre a ação e na ação pedagógica. É preciso perceber a ação mediadora do professor nesse processo.

O quarto questionamento foi referente ao papel da família neste contexto, onde ressaltaram que:

P1: São um norte, uma alternativa que precisa ser aprimorada e realizada de maneira mais sistematizada e com mais profissionais se envolverem no processo.

P2: Importantíssimo. Quando o ambiente familiar é propício, agradável e cumpre seu real papel a criança reflete automaticamente em suas atitudes, ações e reações.

P3: Muito importante, alias é mais importante o papel nesse processo, pois o papel bem desempenhado da família contribui significamente para o desenvolvimento da



criança.

P4: Importantes, porém poderia ter uma participação maior de outros profissionais envolvidos que assim facilitaria a percepção de déficit de aprendizagem.

P5: A família é muito importante no processo de desenvolvimento da criança inclusive não só nos plantões pedagógicos, mas no dia a dia enquanto observamos os progressos e os insucessos da criança. A família pode participar ajudando conversando através da família vamos passar conhecer as dificuldades de cada criança porque ela desenvolve mais ou menos pois ela vai dizer muito neste momento conforme é estimulada em casa também neste processo de desenvolvimento da criança.

P6: Diante de alguns problemas que afligem a educação, é crescente o apelo para que as famílias se aproximem e colaborem com a instituição, talvez na tentativa de repassar a culpa que, injustamente, na maior parte das vezes, recai sobre os profissionais. No meu ponto de vista o papel da família que nos interessa está para além de meros usuários de um serviço, constitui-se de um protagonismo no planejamento e elaboração da proposta educativa. Participar e tentar mesmo com limitações compreender a importância da educação no desenvolvimento da criança.

P7: A família tem um papel muito importante. São eles que devem ter um olhar crítico e saber diferenciar o que está bom ou ruim no desenvolvimento do seu filho. E se caso necessário, aceitar ajuda de outro profissional.

É possível observar que todas as educadoras relatam a importância da família juntamente aos educadores e escola na realização e preenchimento de tais instrumentos avaliativos, visto que, o envolvimento familiar se torna fundamental para desenvolvimento saudável das crianças. Assim diz também Luckesi (2005), avaliação da aprendizagem significa investir no processo de democratização do saber e, em consequência da sociedade

Por fim o último questionamento que foi se estas consideram os métodos de avaliação aplicados na educação infantil eficazes, a qual expuseram o seguinte:

P1: Falta de recurso humano para sua eficácia, pq matérias tem muito, falta pessoas suficientes que se envolvam no processo.

P2: Quando necessitam ser aprimorados levando sempre em conta os fatores e situações vivenciadas naquele período.

P3: Nenhum método de avaliação é 100% eficaz. Ajudam e contribuem para uma consciência de como proceder em casos de necessidades individuais e avanços significativos.

P4: Falta de profissionais envolvidos no processo para maior eficiência no processo de aprendizagem.

P5: Esses métodos avaliativos são muito eficazes através dos contos e recontos de história. Bom observar se a criança está desenvolvendo a oralidade a maneira de se expressar através dos exercícios e de brincadeiras dirigidas se desenvolve bem ou não se é compatível com a idade a maneira que ele desenvolve as atividades propostas, principalmente na hora do relatório com pais pois a criança participa de um processo de evolução cada ano ela tem que evoluir para caminhar junto com as outras crianças se possível dentro da sua faixa etária.

P6: Não dá para mensurar se os instrumentos são efetivos, mas avaliar é necessário.



Cada instrumento vai de encontro com um objetivo. E nesta ideia cada aluno será avaliado de uma forma visando necessidades, habilidades e limitações.

P7: Esses métodos são muito eficazes. É neste que colocamos os prós e contras do aluno e é tudo documentado.

Observa segundo opinião das educadoras de que este método não abrange a totalidade da criança. De acordo com Luckesi (2005) “A avaliação é um ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma”. A observação é o principal instrumento da investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova realidade educativa que se impõe à sociedade não concebe mais o tipo de avaliação tradicional marcada pela medida quantitativa da aprendizagem dos alunos através de instrumentos objetivos, como provas e testes. O conceito de avaliar já não pode mais ser confundido com a palavra medir, na qual interessa verificar a quantidade de conhecimentos absorvidos pelos alunos, ou seja, a avaliação ganha um papel centrado na verificação da eficácia do processo ensino-aprendizagem, de forma a fornecer ao professor subsídios para um trabalho centrado na qualidade e modificação comportamental dos alunos, onde eles reconhecem os próprios erros e buscam um constante aperfeiçoamento. Na perspectiva de uma educação infantil inserida nas concepções contemporâneas de aprendizagem é preciso que o processo avaliativo também seja remodelado e adaptado às novas perspectivas, vinculando-se mais diretamente a um trabalho de diagnóstico que propicie aos professores a realização de um trabalho mais adequado com as reais capacidades dos alunos. Especialmente na educação infantil é necessário que se estabeleçam expectativas de aprendizagem dos alunos em consequência do ensino, que devem se expressar nos objetivos, nos critérios de avaliação propostos e na definição do que será considerado como testemunho das aprendizagens. Do contraste entre os critérios de avaliação e os indicadores expressos na produção dos alunos surgirá o juízo de valor, que se constitui na essência da avaliação. Utilizar a avaliação como instrumento para o desenvolvimento das atividades didáticas requer que ela não seja interpretada como um momento estático, mas antes como um momento de observação de um processo dinâmico e não linear de construção de conhecimento.



Based on the theme "Evaluation of learning in early childhood education", this paper is justified by the need to discuss aspects of evaluation in this school stage, which I present in a practical way in my professional life. In this sense, the research was guided by the objective of analyzing the evaluation process of teaching-learning in Early Childhood Education with emphasis on formative evaluation, which was achieved through the application of deductive reasoning, since it is based on general considerations on the evaluation of the teaching-learning process to understand the characteristics of the phenomenon in Early Childhood Education. The general objective was to investigate how the use and application of guiding instruments in the evaluation of learning in early childhood education in a Municipal Center for Early Childhood Education (CMEI) in Anápolis - GO. Specifically, it will highlight the aspect of childhood and development of the child; will point out the importance of early childhood education and the evaluation process of learning in this educational phase; and finally, to carry out research with teachers of early childhood education of a CMEI located in the city of Anápolis -GO, as well as the evaluation of the learning in the children's education that they use. The methodology used was an exploratory approach with the CMEI educators, which aims to highlight the instruments and evaluation techniques with the students. Through this study it was possible to conclude that the normative instruments have still been the criterion of choice of evaluation of the learning with the education of children, but educators have already been attacked for the need of a more ample and individual look with the student, who are reflected in the reports.

Keywords: Learning Assessment. Child education. Instruments.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rosamaria Calaes de. **Para garantir um bom começo**. Coletânea Pré-Escola, 2002.
- BARTOSZECK, A. B; BARTOSZECK, F. K. **Neurociência dos seis primeiros anos: implicações educacionais**. Educação: temas e problemas. vol 9, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998, 3v.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. v. 1. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CALDEIRA, Laura Bianca. **O conceito de infância no decorrer da história**. Disponível em: http://www.diaadiaeducação.pr.gov.br/diaadia/diaadia/arquivosFile/conteudo/.../o_conceito_de_infância_no_decorrer_da_história.pdf. Acesso em: 18 nov 2018.
- DIDONET, Vital. **A criança de zero a seis anos: a integração do cuidar e do educar**. AMAE educando – Outubro, nº 319, 2003.



FIGUEIREDO, Taicy de Ávila. **Educação Infantil para que(m)?** Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=321>>. Acesso em: 12 nov 2018.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação na pré-escola.** um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2000.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover:** as setas do caminho. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

KAIL, Roberto. **A criança.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

KRAMER, Sônia. **A Infância e sua singularidade.** Brasil Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade / organização do documento; Janete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 16 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, Rosa Emília de Araújo. **Creche:** onde começa a educação. AMAE educando – Agosto, nº 317, 2003.

MIRANDA, Marília Gouvêa do. **Psicologia do Desenvolvimento:** o estudo da construção do homem como ser individual. Goiânia: Educativa, 1999.

OLIVEIRA, Vera Barros (org). **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. O currículo na Educação Infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais: **Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento.** Perspectivas atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia.** Rio de Janeiro: Forense, 1987.

SANTARÉM, Maria Solange Portela; CRUZ, Maricélia Silva da. **Avaliação Formativa na educação infantil.** Disponível em: <<http://www.pedagogobrasil.com.br/pedagogia/avaliacaoformativa.htm>>. Acesso em: 17 nov 2018.

SOARES, Ademilson de Sousa. Educação Infantil na rede pública de ensino: por um projeto pedagógico de qualidade. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 511-532, jul./dez. 2015

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente.** 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VIGOTSKY, Levy. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.



APÊNDICES

QUESTIONÁRIO

Caracterização do Respondente

1 - Sexo

Masculino Feminino

2 - Faixa etária

de 18 a 24 anos de 25 a 34 anos de 35 a 44 anos

de 45 a 54 anos de 55 a 54 anos de 65 a 69 anos Acima de 70 anos

3 - Escolaridade

Ensino Fundamental Incompleto Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto Ensino Médio Completo

Ensino Superior Incompleto Ensino Superior Completo

Pós-graduação Incompleto Pós-graduação Completo

4 – Quais os instrumentos utilizados na avaliação da educação infantil?

5 – Quais as percepções do educando sobre os instrumentos de avaliação?

6 – Enquanto educadora qual a sua percepção sobre os instrumentos avaliativos?

7- Qual papel da família nesse contexto?

8 – Esses métodos de avaliação são eficazes?

ANEXOS



Acadêmicas:	Daniela do Nascimento Teixeira e Renata do Prado Dezzen Courte			
CPF:	991.382.201-72	RG:		TEL:
Orientador:	Me. Renato Antônio Ribeiro			
Instituição:	Faculdade Católica de Anápolis.			
Título do Trabalho:	INSTRUMENTOS NORMATIVOS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL			
Objetivo:	O objetivo geral foi investigar como são utilizados e aplicados instrumentos norteadores na avaliação da aprendizagem na educação infantil			

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do(a) pesquisador(a) responsável. Os dados fornecidos serão mantidos sobre absoluto sigilo, mantendo a privacidade dos sujeitos envolvidos. Esclarecemos que não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato com o(a) acadêmico(a) responsável pela pesquisa. Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com a Secretaria Geral da Faculdade Católica de Anápolis no telefone: **(62) 3328-8900** ou **pelos e-mails:** secretaria@catolicadeanapolis.edu.br / renatoantonio@catolicadeanapolis.edu.br.

Eu, _____, RG nº _____ CPF nº _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordo em participar do estudo descrito acima como sujeito e **AUTORIZO**, através do presente termo, o(a) Pesquisador(a) a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização destes depoimentos para fins científicos e de estudos, em favor do(a) pesquisador(a) da pesquisa, acima especificado. Fui devidamente informado e esclarecido pelo(a) pesquisador(a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem e que isto leve a qualquer penalidade.

Anápolis, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Assinatura do(a) Acadêmico(a)/Pesquisador(a): _____



Kátia Cilene Camargo Silva
Coordenadora Curso de Pedagogia
Faculdade Católica de Anápolis

Profa. Ma. Kátia Cilene Camargo Silva
Coordenação do Curso



Prof. Renato A. Ribeiro
Msc Educação Linguagem

Prof. Me. Renato Antônio Ribeiro
Professor Orientador